DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente da Mesa e demais membros,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e demais membros do executivo,

Membros desta Assembleia,

Vilacondenses,

Celebrámos há poucos dias o 25 de abril, a data que devolveu a Portugal a liberdade, a transparência, o escrutínio democrático e o direito de cada eleito representar o povo sem medo, sem censura e sem silêncios impostos.

Quando surgem notícias que levantam dúvidas sobre declarações obrigatórias, sobre participações sociais ou sobre potenciais incompatibilidades, não estamos perante um detalhe técnico. Estamos perante uma questão de ética pública.

Os valores de abril exigem que qualquer titular de cargo público esclareça, prove, demonstre e explique. Não basta dizer "está tudo bem". É preciso mostrar que está tudo bem. E quando há dúvidas, o dever democrático é simples: esclarecer imediatamente.

O 25 de abril devolveu ao país o direito de escrutinar o poder. Quando um pedido de Assembleia Extraordinária é recusado, não é apenas um ato administrativo. É um ato político. É um ato que limita o debate. É um ato que contraria o espírito da revolução de abril, que consagrou o princípio de que ninguém tem o direito de impedir o povo — ou os seus representantes — de pedir contas ao poder. A fiscalização não é um favor. É um direito constitucional.

Não estamos aqui hoje para trocar cortesias regimentais.

O jornal Terras do Ave lançou luz sobre uma realidade que envergonha Vila do Conde: um Presidente de Junta que, alegadamente, ocultou da Entidade para a Transparência a sua condição de sócio numa sociedade comercial. Mais grave: uma sociedade onde partilhava interesses com a atual Tesoureira.

1. A Lei não é uma Opção, é uma Obrigação

Senhor Presidente da Junta, a transparência não é uma "concessão" que o senhor faz a esta Assembleia; é um dever legal inegociável. Ocultar gerências e participações sociais não é um lapso administrativo — é uma falha ética profunda.

Onde estão os comprovativos das declarações entregues ao Tribunal Constitucional? Como podemos confiar na isenção de quem gere as contas públicas quando os seus próprios interesses privados e as suas ligações societárias com a Senhora Tesoureira são escondidos sob o manto da opacidade? Vila do Conde não é o vosso negócio particular!

2. O Presidente da Mesa como "Escudo" da Opacidade

Mas se a conduta do Executivo nos deixa indignados, a postura de quem preside à Mesa desta Assembleia é um autêntico atropelo democrático. Senhor Presidente da Mesa, a sua função é garantir a vitalidade desta casa, não é servir de "porteiro" ou de "escudo humano" aos erros do Senhor Presidente da Junta.

Ao indeferir o pedido de Assembleia Extraordinária da oposição, o senhor cometeu um erro político imperdoável. A sua justificação de que "não o faria apenas por uma notícia" é de uma arrogância sem precedentes. O senhor não é o editor do jornal, nem é o juiz da relevância das notícias. O senhor é o garante de que os eleitos podem escrutinar quem gere o dinheiro público!

3. A mordaça à Fiscalização

Ao decidir, de forma arbitrária, que o esclarecimento de uma possível ilegalidade podia esperar pela assembleia ordinária de abril, o Senhor Presidente da Mesa escolheu abertamente um lado: o lado do silêncio e da proteção política. Usou o regimento como uma arma contra a fiscalização. Tornou-se corresponsável pela névoa de suspeição que paira sobre a nossa Freguesia. Se o Presidente não declarou o que devia e a Tesoureira era sua sócia, o senhor devia ser o primeiro interessado em repor a legalidade, em vez de amordaçar os eleitos.

Conclusão Política e Exigência Imediata

Acabou o tempo das manobras de diversão. A confiança neste Executivo e nesta Mesa está prejudicada.

Exigimos que o Senhor Presidente apresente aqui, hoje, a prova da retificação das suas declarações de interesses.

Exigimos saber se houve acumulação ilegal de funções privadas com o cargo público em exclusividade.

Senhor Presidente da Mesa, o seu papel era garantir o debate; ao impedi-lo, confirmou que este Executivo, tendo muito a esconder, irá contar com a sua cega conivência para o fazer. Vila do Conde merece respeito, merece transparência e, acima de tudo, merece representantes que não tenham medo da verdade e a defendam em toda e qualquer circunstância.

Pela dignidade de Vila do Conde e pelo respeito à Democracia!

Vila do Conde, 29 de abril de 2026

Os membros eleitos pela Aliança por Vila do Conde PSD/CDS-PP